



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO
POLÍTICO-PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA DA
RESERVA INDÍGENA DE ESTRELA VELHA/RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Eliane Pires

Sobradinho, RS, Brasil

2013

**OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA DA RESERVA INDÍGENA
DE ESTRELA VELHA/RS**

por

Eliane Pires

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Leonardo Germano Krüger

Sobradinho, RS, Brasil

2013

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA DA RESERVA INDÍGENA DE
ESTRELA VELHA/RS**

elaborada por
Eliane Pires

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Leonardo Germano Krüger, Msc. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Maria Eliza Rosa Gama, Dr^a. (UFSM)

Myrian Cunha Krum, Msc. (UFSM)

Sobradinho, 29 de novembro de 2013.

Uma dedicatória especial ao meu eterno amigo
Tiago Luiz Puntel (in memoriam) o profissional e
colega mais dedicado e sábio com o qual já tive o
prazer e a honra de trabalhar.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer ao professor orientador Leonardo Germano Krüger pela atenção, orientação e paciência durante a construção e finalização deste trabalho.

Agradeço em especial à comunidade indígena Ka Aguy Poty do município de Estrela Velha/RS, na pessoa do cacique João Paulo Acosta, por permitir a realização da pesquisa junto a comunidade e acreditar que as trocas de experiências são possíveis e podem ser valiosas.

Aos tutores do sistema EAD da Universidade Federal de Santa Maria/RS, pelo assessoramento e interação no decorrer do curso de Especialização em Gestão Educacional, demonstrando que uma educação de qualidade é possível com esforço e dedicação a cada dia.

À minha família, em especial a minha irmã, pelo apoio que sempre dispensa aos meus chamados. Obrigada de coração.

À colega e amiga Neiva Maria Dalcin que em sua infinita sabedoria sempre tem um tempo para conversar, trocar ideias e corrigir os meus trabalhos desde os tempos da faculdade. Obrigada por tudo.

Finalmente, agradeço a Deus, por manter-me com saúde para a concretização de mais um trabalho enquanto aguardo a realização de um sonho.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA DA RESERVA INDÍGENA DE ESTRELA VELHA/RS

AUTORA: ELIANE PIRES

ORIENTADOR: LEONARDO GERMANO KRÜGER

Data e Local da Defesa: Sobradinho/RS, 29 de novembro de 2013.

Esta pesquisa, realizada na reserva indígena guarani Flor da Mata, junto à Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Karaí Tataendy Verá Claudio Acosta, no município de Estrela Velha/RS, analisou os desafios no processo de construção do PPP. Os encaminhamentos metodológicos caracterizam-se como abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. As informações, cedidas pelo cacique, um professor indígena, uma diretora e uma coordenadora pedagógica foram através de entrevista semiestruturada. Utilizou-se a análise de conteúdo para construir as categorias: participação como princípio da gestão democrática no processo de construção do PPP; os desafios; etapas de construção do PPP e identidade da cultura indígena. Durante a construção do PPP constatou-se que muitos foram os desafios enfrentados. O processo está acontecendo de forma democrática através da participação política, em função dos anseios de todos os que nele estiveram envolvidos para preservar a cultura e hábitos próprios do povo guarani.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Escola Indígena. Gestão Democrática.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA DA RESERVA INDÍGENA DE ESTRELA VELHA/RS

(THE CHALLENGES OF BUILDING PROJECT POLITICAL TEACHING IN A
SCHOOL OF INDIGENOUS ESTRELA VELHA/RS)

AUTORA: ELIANE PIRES

ORIENTADOR: LEONARDO GERMANO KRÜGER

Data e Local da Defesa: Sobradinho/RS, 29 de novembro de 2013.

This survey, conducted in the Guarani Indian Reservation Flower Forest, near the State School Indigenous Primary School Karai Tataendy Verá Claudio Acosta, in the municipality of Estrela Velha/RS, analyzed the challenges in the process of building the PPP. Referrals are characterized as methodological approach of qualitative case study. The information provided by the chief, one indigenous teacher, one director and educational coordinator was through semi-structured interviews. We used content analysis to build the categories: participation as a principle of democratic management in the construction process of the PPP; challenges; construction stages of the PPP and identity of indigenous culture. During the construction of PPP was found that there were many challenges, the process is happening in a democratic way through political participation, depending on the desires of all who were involved in it to preserve their own culture and habits of the Guarani people.

Keywords: Political-Pedagogical Project. Indian School. Democratic Management.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEE	Conselho Estadual de Educação
CPM	Conselho de Pais e Mestres
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PPP	Proposta Político-Pedagógica
SEEDUC	Secretaria Estadual de Educação
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

LISTA DE APÊNDICES

- APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO54**
- APÊNDICE 2 – ROTEIRO ENTREVISTA: CACIQUE E O PROFESSOR
INDÍGENA DA ALDEIA GUARANI55**
- APÊNDICE 3 – ROTEIRO ENTREVISTA: DIRETORA RESPONSÁVEL
PELA ESCOLA INDÍGENA DA ALDEIA GUARANI57**
- APÊNDICE 4 – ROTEIRO ENTREVISTA: COORDENADORA
DESIGNADA PELA 24ª CRE59**

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	10
1.1 Objetivo Geral.....	12
1.2 Objetivos Específicos	13
1.3 Justificativa.....	13
1.4 Encaminhamentos Metodológicos	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Gestão Escolar	20
2.2 Construção do PPP	24
2.3 A comunidade Indígena	28
3 AS INFORMAÇÕES DA PESQUISA	33
3.1 O Contexto da Pesquisa	33
3.2 Sistematização da opinião dos participantes da pesquisa	34
3.2.1 Entrevista com o Cacique e o Professor da Aldeia	34
3.2.2 Entrevista com a Diretora da Escola Indígena	37
3.2.3 Entrevista com a Coordenadora designada pela 24ª CRE.....	40
3.3 Síntese da opinião dos participantes da pesquisa	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICES	53

1 APRESENTAÇÃO

Por que construir um projeto político-pedagógico? Quem quer apenas manter a estrutura e a cultura escolares intactas não necessita de projeto e muito menos de um projeto político-pedagógico. Quem precisa de projeto é quem tem algo a construir que seja diferente da mera manutenção do *status quo*. Precisa de projeto quem quer interferir nas práticas escolares e para isso precisa saber onde quer chegar e onde está.

Luís Armando Gandin

Considerando o capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, o § 2º do Artigo 210 da Constituição Cidadã (2004, p. 122), a qual assegura aos povos indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

De acordo com a lei vigente e considerando o contexto educacional atual, voltado para uma educação inclusivo-participativa, faz-se necessário uma reflexão mais aprofundada acerca dos direitos dos povos indígenas a uma educação de qualidade voltada para a formação e preservação de sua cultura e hábitos milenares; sem que os mesmos sofram discriminação ou preconceito em detrimento a sua condição de indígena.

Muitas vezes vistos como preguiçosos e indolentes, os índios do Brasil também já foram considerados seres inferiores, como se percebe no relato de Chauí:

A inferioridade natural dos índios, aliás, pode ser compreendida imediatamente por uma pessoa dos séculos XVI e XVII pelo simples fato de que a palavra empregada para referir-se a eles é a palavra “nação”, que, como vimos, exprime (até meados do século XIX) um agrupamento de gente com descendência comum, mas que não possui estatuto civil ou legal – os índios, dizem os navegantes e os colonizadores, são gente “sem fé, sem lei e sem rei”. Nessas condições, estão naturalmente subordinados e sob o poder do conquistador. Todavia, se essa teoria parecer excessivamente brutal, pode-se corrigi-la com o conceito de servidão voluntária. (CHAUÍ, 2001, p. 40).

Nos últimos 500 anos, a história dos povos indígenas no Brasil foi marcada pela aculturação, extermínio e descaso quanto a sua cultura; o que nos leva a crer

que, mais do que uma dívida, nós como educadores e gestores temos a obrigação de preservar o pouco que resta de suas civilizações e contribuir para que estes povos garantam, em um futuro próximo, o direito a cidadania e vida digna.

Neste sentido, o presente trabalho tem como tema de pesquisa o projeto político-pedagógico de uma Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental do município de Estrela Velha/RS. É fundamental a construção participativo-democrática desse documento, pois ele norteará a educação futura dos membros da aldeia, promoverá a preservação da cultura e hábitos próprios da cultura guarani, visto que a aldeia onde futuramente ocorrerá a construção do prédio que funcionará a escola indígena é formada por membros desta etnia.

De acordo com a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) fica clara a tarefa da elaboração do projeto político-pedagógico aos sujeitos que fazem parte da escola.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica. VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. II – elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Art.14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O projeto político-pedagógico de uma escola é o instrumento que explicita a intencionalidade da instituição, indicando seu rumo e sua direção. Segundo Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI apud VEIGA, 2004, p. 18).

A partir da citação de Gadotti nota-se que a construção deste documento não deve refletir apenas uma obrigação burocrática, mas também deve ser entendido como um processo constante de construção e reconstrução dos objetivos, metas e sonhos que a escola pretende alcançar.

Cabe a escola, como instituição de ensino preocupada com o futuro dos cidadãos que pretende formar, refletir e considerar a realidade vivenciada por determinado grupo, seus anseios e perspectivas, de modo que as questões burocráticas não sobreponham a prática, como fica evidenciado na opinião de Veiga:

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 2004, p. 12).

Ao ser construído coletivamente, permite que os diversos atores expressem suas concepções e seus pontos de vista sobre o cotidiano escolar. Esta ideia fica evidenciada na opinião de Gadotti (2000, p. 71), “[...] construir o projeto pedagógico de uma escola é mantê-la em constante estado de reflexão e elaboração numa esclarecida recorrência às questões relevantes de interesse comum e, historicamente requeridos”.

Os desafios profissionais presentes no cotidiano da escola precisam ser pensados e equacionados de forma participante, considerando o caráter heterogêneo do coletivo escolar, formado por pais, professores, alunos, corpo técnico-administrativo, pessoal de apoio, segmentos organizados da sociedade civil e gestores. Nesse sentido, o projeto político-pedagógico poderá ajudar a escola a trabalhar com os desafios de forma mais sistemática, superando-os.

Dado o exposto problematiza-se: quais os desafios enfrentados pela gestão da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Karáí Tataendy Verá Claudio Acosta, na aldeia indígena Ka Aguy Poty, do município de Estrela Velha/RS, durante o processo de construção do projeto político-pedagógico? Diante desse questionamento seguem os objetivos da pesquisa:

1.1 Objetivo Geral

- Analisar os desafios da comunidade guarani e dos membros envolvidos no processo de construção do projeto político-pedagógico da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Karáí Tataendy Verá Claudio Acosta; aldeia Ka Aguy Poty município de Estrela Velha/RS.

1.2 Objetivos específicos

- Analisar os passos seguidos para a construção do PPP.
- Identificar as alternativas apresentadas pela aldeia para preservação de seus hábitos e costumes; ao mesmo tempo em que possam se apropriar de conhecimentos necessários para uma vida digna e consciente de seus direitos e deveres como cidadãos brasileiros.
- Comparar as diferentes visões e prioridades por parte dos membros construtores do projeto: aldeia indígena (cacique e professor), diretora da escola indígena responsável e designada pela 24ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e apoio pedagógico para a construção do projeto designado também pela 24ª CRE.

1.3 Justificativa

Frente às transformações econômicas, políticas, sociais e culturais pelas quais está passando nossa sociedade contemporânea, é fato que a escola venha sendo questionada quanto ao seu papel formador de cidadãos. O mundo globalizado cada vez mais exige pessoas com diferentes habilidades e competências. O cidadão deve ser flexível, ter conhecimentos necessários para desenvolver as mais variadas funções, dominar a tecnologia e a informática e ser consciente de seus direitos e deveres.

Neste sentido é notório que os povos indígenas também tenham acesso a uma educação qualificada que lhes permita existir enquanto cidadão.

O presente estudo surgiu do interesse pessoal pelo fato de estar atuando como professora nas disciplinas de História e Geografia juntamente a uma turma de 7ª série composta por alunos da etnia guarani, estudantes do turno inverso na Escola Estadual de Ensino Fundamental Itaúba, município de Estrela Velha/RS. Atuando nesta escola a mais de dez anos e sendo educadora gestora, tenho a consciência da importância dos povos indígenas para a formação do povo brasileiro, assim como da contribuição cultural do povo guarani em nossos hábitos e costumes.

Quando construído de forma democrática e participativa, o projeto político-pedagógico de uma instituição de ensino torna-se uma verdadeira ferramenta na busca pelo saber de qualidade e com poder transformador. Desta forma, esta pesquisa é relevante, pois possibilitará, através da leitura dos dados pesquisados e interação textual, a identificação dos desafios que a comunidade guarani de Estrela Velha/RS enfrentou quando da construção do seu projeto político-pedagógico, uma vez que estes desafios podem servir como estímulos desafiadores para a reconstrução de muitos projetos de escolas regulares. Afinal, a educação é um constante desafio, seja em uma aldeia guarani ou em uma escola regular; os desafios podem não ser os mesmos, mas as ações e atitudes frente aos desafios apresentados devem ser movidas pela mesma garra e determinação na busca do saber coletivo e de qualidade.

A presente pesquisa justifica-se também pela importância da construção do projeto político-pedagógico como sendo o documento democrático-participativo norteador das ações de todas as instituições de ensino, conforme prevê a lei vigente.

1.4 Encaminhamentos Metodológicos

O presente trabalho caracterizou-se como uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa. Na concepção de Triviños (1987) esta abordagem é adequada em educação, pois permite considerar aspectos qualitativos e não apenas quantitativos do estudo que se pretende desenvolver. Permite apreciar de forma espontânea e natural o ambiente e a realidade em que o estudo acontece.

Ainda segundo Triviños (1987), a pesquisa de caráter qualitativo surgiu de forma natural uma vez que, muitos dados levantados em pesquisas na área da educação, não podem ser quantificados e sim interpretados de forma ampla e rigorosa.

Nesta mesma abordagem Minayo (2010) afirma que em pesquisas sociais a abordagem qualitativa remete ao estudo muito singular de objetos que exigem por natureza uma análise qualitativa e não quantitativa. Caracteriza-se por valorizar e interpretar significados e valores. Isto acontece porque o objeto a ser estudado reflete fenômenos humanos e sociais difíceis de serem tabulados como reforça

Minayo, “um lado não perceptível não captável em equações, médias e estatísticas”. (MINAYO, 2010, p. 22)

Desta forma, esta pesquisa apresenta caráter qualitativo valorizando o significado das informações e não privilegiando as quantidades. Neste sentido Godoy (1995) afirma que a pesquisa qualitativa não se baseia em números e estatísticas, mas sim analisam de forma descritiva os dados coletados sobre diferentes objetos de estudo, tais como pessoas e/ou lugares. Esta análise implica diretamente no envolvimento do pesquisador em relação ao objeto de estudo, compreendendo os anseios e perspectivas dos sujeitos envolvidos.

O tipo de pesquisa empregada neste trabalho foi o estudo de caso, considerando aspectos qualitativos e quantitativos dos dados levantados. De acordo com Yin (2001), o contexto onde o estudo é desenvolvido contribui para a definição do estudo de caso. Assim, segundo o autor, o estudo de caso pode ser compreendido como uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. (YIN, 2001, p. 32)

Na concepção de Triviños (1987), entre os tipos de pesquisa qualitativa, o estudo de caso talvez se apresente como mais significativo, uma vez que o objeto estudado é uma unidade de um estudo mais amplo e desta forma pode ser analisado com riqueza de detalhes permitindo ao investigador ampla área de interpretação. Neste sentido compreende-se que a pesquisa qualitativa busca ao mesmo tempo o levantamento e a interpretação rigorosa dos dados obtidos, além de analisar e interagir com os sujeitos do processo de construção do conhecimento.

O instrumento de coleta de dados teve como ação concreta entrevistas do tipo semiestruturada, caracterizada inicialmente por uma conversa informal realizada com os membros envolvidos na construção do projeto político-pedagógico. Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada tem como característica o uso de questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa proposta. Tais questionamentos iniciais podem levar a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos entrevistados. Desta forma o entrevistado vai sendo orientado pelo investigador e participa ativamente do conteúdo da pesquisa.

De acordo com Neto (2010) a entrevista configura uma técnica muito utilizada em trabalhos de campo e tem como principal objetivo reunir informações acerca da fala dos atores envolvidos no objeto de pesquisa dentro de uma realidade a ser estudada.

Ainda segundo Neto (2010) a entrevista é um instrumento de coleta de dados que pode ser entendida como uma conversa entre sujeitos com objetivos bem claros. Num primeiro estágio é caracterizado por uma conversa informal e num segundo estágio caracteriza-se por coletar informações acerca de um determinado tema de pesquisa.

Para participar da pesquisa os sujeitos entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Informado (APÊNDICE 1). Uma entrevista foi concedida pelo cacique João Paulo Acosta. Outra entrevista foi concedida pelo professor indígena Eduardo Acosta, responsável pelas turmas de escolarização na aldeia. Marilei Haas Pereira, responsável legal pela direção e coordenação da escola indígena, contribuiu com entrevista e disponibilidade para o bom andamento deste trabalho de pesquisa. Também concedeu entrevista a professora Bia Soares Mazuim, designada pela 24ª CRE de Cachoeira do Sul/RS para orientação e apoio pedagógico durante o processo de construção do projeto político-pedagógico (APÊNDICES 2, 3, 4).

De qualquer modo, as entrevistas buscaram identificar os sujeitos envolvidos no processo de construção do projeto político-pedagógico bem como se houve participação democrática na construção do mesmo. A pesquisa teve início após o consentimento do Cacique. Este tomou conhecimento do tema permitindo o desenvolvimento da mesma, mostrando-se receptivo e com grande expectativa em relação aos resultados. Autorizou também a participação do professor a fim de contribuir com o objeto de pesquisa.

A entrevista destinada ao Cacique e ao Professor indígena seguiu os seguintes questionamentos: Como você avalia até agora o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Karáí Tataendy Verá Claudio Acosta? Para você o que é o projeto político-pedagógico? O que ele deve contemplar? O que representa a construção deste documento para a comunidade guarani Ka Aguy Poty? Você acredita que este documento venha a fortalecer a participação dos pais, alunos e professores dentro da comunidade indígena? Você recebeu orientação, assessoria quanto à construção deste documento? Onde? Quando? De quem? Como? O que você acredita ser

importante constar no projeto político-pedagógico da escola indígena? Cite e comente sobre os passos seguidos para a construção do projeto político-pedagógico da escola? Comente sobre a participação e contribuição das pessoas que participaram da construção do projeto político-pedagógico da escola. Quais foram os desafios enfrentados até agora na construção deste documento? Quais são as aprendizagens ao participar da construção do projeto político pedagógico? Como foi a participação da comunidade indígena na construção do projeto político-pedagógico da escola? Para você o que significa gestão democrática? Até o momento você acredita que a construção do projeto político-pedagógico da escola está sendo um processo democrático? Por quê? (relatar) (APÊNDICE 2).

A entrevista aplicada à diretora Marilei Haas Pereira obedeceu às seguintes questões: O que você entende por projeto político-pedagógico? Você considera a construção e utilização deste documento importante nas escolas? Por quê? Qual método utilizado pelo gestor facilita a participação da comunidade durante o processo de construção do projeto político-pedagógico da escola? Como está sendo construir o projeto político-pedagógico da escola indígena? Até agora qual foi o maior foco de discussão acerca do projeto? Você recebeu orientação, assessoria quanto à construção deste documento? Onde? Quando? De quem? Como? Quais dificuldades você considera para elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico? O que você acredita ser importante constar no projeto político-pedagógico da escola indígena? Para você o que significa gestão democrática? Você como gestor costuma realizar o trabalho de construção e reconstrução do projeto pedagógico de forma democrática? Como isso acontece? Cite e comente sobre os passos seguidos para a construção do projeto político-pedagógico da escola? Comente sobre a participação e contribuição das pessoas que participaram da construção do projeto político-pedagógico da escola. Quais foram os desafios enfrentados até agora na construção deste documento? Quais são as aprendizagens ao participar da construção do projeto político-pedagógico? Como foi a participação da comunidade indígena na construção do projeto político-pedagógico da escola? Até o momento você acredita que a construção do projeto político-pedagógico da escola está sendo um processo democrático? Por quê? (relatar) (APÊNDICE 3).

As questões respondidas pela coordenadora foram: Como você avalia até agora o processo de construção do Projeto Político Pedagógico na Escola Estadual

Indígena de Ensino Fundamental Karáí Tataendy Verá Claudio Acosta? Esta construção pode ser considerada um instrumento de Gestão Democrática? Por quê? Para você o que significa gestão democrática? Quais dificuldades e desafios você enfrentou até o presente momento ao participar do processo de construção deste documento? Relatar. Em sua opinião, quais são os maiores desafios enfrentados pelos gestores que buscam a gestão democrática? Relate sua experiência ao participar da construção do projeto político-pedagógico da escola indígena: O que você acredita ser importante constar no projeto político-pedagógico da escola indígena? Você como gestor costuma realizar o trabalho de construção e reconstrução do projeto pedagógico de forma democrática? Como isso acontece? Cite e comente sobre os passos seguidos para a construção do projeto político-pedagógico da escola? Comente sobre a participação e contribuição das pessoas que participaram da construção do projeto político-pedagógico da escola. Quais são as aprendizagens ao participar da construção do projeto político-pedagógico da escola indígena? Como foi a participação da comunidade indígena na construção do projeto político-pedagógico da escola? Até o momento você acredita que a construção do projeto político-pedagógico da escola está sendo um processo democrático? Por quê? (relatar) (APÊNDICE 4).

Dessa forma a pesquisa seguiu os seguintes passos descritos por Triviños (1987): definição do tema; delimitação do problema a ser estudado; delineamento do objetivo geral e objetivos específicos; revisão de literatura; questões de pesquisa e perguntas norteadoras; coleta de dados e análise das informações obtidas.

Para análise das informações utilizou-se a análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2006) a análise de conteúdo está organizada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na fase da pré-análise organiza-se o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Foi realizada a leitura detalhada de todas as entrevistas realizadas. No decorrer da análise algumas ideias apontadas nas entrevistas serviram como referência para a organização e melhor entendimento do texto (BARDIN, 2006).

A exploração do material, segunda fase, consistiu em uma etapa importante, porque possibilitou as interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado)

submetido a um estudo aprofundado. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (BARDIN, 2006).

A terceira fase foi o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta fase foi destinada ao tratamento dos resultados em que foram destacadas as informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais. Foi o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2006).

Nesta fase foi analisado o material de forma profunda, organizando o corpus do texto, relacionando as respostas obtidas nas entrevistas aos conhecimentos prévios do pesquisador bem como sua interpretação de modo que o texto final fornecesse informações necessárias para o alcance dos objetivos traçados no início da pesquisa.

Ademais, a sequência dos próximos capítulos que estruturam essa pesquisa está apresentada da seguinte forma. O capítulo 2 apresenta a discussão do Referencial Teórico; o capítulo 3 trata da Apresentação das Informações do contexto pesquisado e o capítulo 4, as Considerações Finais dessa pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão Escolar

Compreender o processo de gestão escolar é antes de tudo definir a gestão como um fenômeno recente e que não pode ser confundido com administração. Na concepção de Dourado, Moraes e Oliveira (2010) a gestão da escola deve ser entendida como um ato político. Nesta configuração, a gestão permite a tomada e retomada de decisões, que vai das mais simples até as mais complexas; determinando assim quais as ações mais adequadas a serem tomadas pelos membros que compõe o processo democrático na escola a fim de nortear os rumos que a escola pretende alcançar.

Na concepção de Lück (1997) a gestão pode ser compreendida como um conceito que vem ganhando destaque no campo educacional acompanhando uma tendência de constantes transformações no modelo de educação vigente. Compreende o engajamento, a participação e o fortalecimento de pessoas nos processos democrático-pedagógicos na busca por resultados educativos mais eficazes e expressivos.

Na definição de Lück (1997) a gestão escolar nos dias atuais é fruto da mudança de concepções na área educacional e está diretamente associada ao processo de tomada de decisões e participação consciente dos sujeitos envolvidos no processo educativo, na busca coletiva por resultados mais verdadeiros.

Neste sentido, Cury (2009) reforça a definição da gestão como sendo o diálogo uma forma superior de comunicação entre pessoas e a busca pela resolução de possíveis conflitos surgidos.

Nesta linha de pensamento Libâneo (2001) enfatiza que a gestão compreende os caminhos para a realização dos processos educativos, a organização do trabalho coletivo através da mobilização das pessoas envolvidas desde o planejamento até a avaliação final na busca por resultados educacionais positivos. Desta forma o que se pretende é alcançar os objetivos traçados pela instituição escolar no início da caminhada educativa. Sendo um processo coletivo, a gestão implica em ações racionais e organizadas de modo a privilegiar capacidades e objetivos comuns durante o processo de construção do conhecimento.

Na visão de Lück (2009) a gestão constitui uma das áreas da educação com finalidades bem definidas que compreendem os processos de planejamento, organização, liderança, orientação, coordenação, monitoramento e avaliação dos resultados obtidos a fim de garantir ações efetivas que promovam a aprendizagem e a formação dos educandos.

Assim Lück (2009) compreende que o processo de gestão da escola implica em uma organização rigorosa desde o planejamento dos objetivos que se pretende atingir, até a avaliação das ações realizadas durante o processo de ensino-aprendizagem. Desta forma o que se pretende alcançar são a qualidade da formação dos educandos e processos de aprendizagem mais eficientes.

Segundo Lück (2009) a gestão enquanto conceito presente no seio escolar aparece como um meio pelo qual as finalidades, princípios, diretrizes e objetivos educacionais podem ser atingidos com qualidade; através do respeito às diferenças, acesso e construção do conhecimento, contribuindo para que o educando possa transformar-se em cidadão crítico e atuante dentro da realidade social no qual está inserido.

Nessa perspectiva Lück (2009) entende a gestão como o ato de dirigir a dinâmica cultural da escola, ou seja, coordenar e aliar políticas educacionais ao projeto político-pedagógico na tentativa de criar condições favoráveis a uma aprendizagem cidadã e ambiente educacional autônomo e participativo.

Para Lück (2009) é competência da gestão escolar, estabelecer direções e mobilização coletiva capazes de vislumbrar soluções para os problemas, analisando-os de uma forma mais globalizada e não apenas no âmbito escolar. Neste sentido, compreende-se que a gestão no ambiente escolar implica em tomada de decisões que promovam ao mesmo tempo a organização e mobilização a fim de garantir maiores e melhores resultados no âmbito educacional.

Também na forma da lei a LDB 9.394/96 reproduz o princípio da gestão democrática definido na Constituição, definindo-a em seu artigo 14:

Art. 14- Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação da comunidade escolar local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

Na forma da lei vigente, fica assegurada uma educação emancipatória que visa o pleno exercício da participação aos envolvidos no processo educativo.

Na concepção de Libâneo (2007) a gestão democrática acabou resumida em caráter por vezes meramente participativa, entendida pela comunidade escolar como uma forma de assegurar a participação seja através da construção do projeto pedagógico ou na atuação em conselhos escolares, respeitando assim a obrigatoriedade da lei.

Desta forma Dourado, Moraes e Oliveira (2012) afirmam que a gestão não pode ser entendida apenas como um processo estanque, pelo contrário, deve configurar-se em oportunidade para troca de experiências e construção coletiva do conhecimento, também reforça a ideia de que a gestão reflete o processo de idas e vindas dos agentes construtores do conhecimento, através da sua interação democrática, pautada pela convivência coletiva e no respeito às diferenças.

O processo de gestão democrática na escola deve configurar-se através de diversos mecanismos de participação; permitindo aos sujeitos do processo maior liderança, trabalho em equipe e superação de dificuldades que possam vir a surgir. Estes mecanismos podem ser traduzidos através dos conselhos escolares, CPMs, conselhos de classe participativos, Grêmios Estudantis entre outros.

Nesta linha de pensamento, Dourado, Moraes e Oliveira (2012) reforçam a ideia dos mecanismos de participação sejam eles através dos processos de escolha dos cargos de dirigente escolar; a criação de conselhos escolares e de classe; a criação dos grêmios estudantis; construção coletiva do Projeto Político- Pedagógico; a redefinição das tarefas dos CPMs, enfim, mecanismos que reflitam uma perspectiva de construção coletiva e partilhada das decisões, decisões estas que garantam cada vez mais a autonomia das instituições escolares.

Uma educação democrática só existe quando alguns princípios básicos são respeitados. Na concepção de Dourado, Moraes e Oliveira (2012) a gestão só é considerada democrática quando os princípios da participação, descentralização e exercício da cidadania são respeitados. São exemplos claros do respeito aos princípios que o autor considera fundamentais: a gratuidade do ensino, garantia de universalização do ensino básico e superior, descentralização do processo de tomada de decisões nas instituições de ensino, elaboração e cumprimento dos

planos de carreira do magistério, participação efetiva nos processos de acesso, permanência e gestão no ambiente escolar.

Para Lück (2009) a gestão representa um meio e não apenas um fim em si mesmo onde os educandos possam adquirir no ambiente escolar, através de uma aprendizagem realmente significativa, as competências necessárias para a vida em sociedade. Da mesma forma, essas competências compreendem a capacidade crítica, a análise de informações, a expressão oral e escrita, a resolução de problemas e a capacidade de tomar decisões e resolver conflitos cotidianos.

Assim, depreende-se das palavras de Lück (2009) que uma boa gestão resultará em uma verdadeira aprendizagem significativa para os educandos. Estes serão capazes de desenvolver competências suficientes para resolver problemas cotidianos além de estarem preparados para enfrentar os conflitos da vida.

Por fim, cabe ressaltar que no âmbito escolar, a gestão representa um grupo de estratégias capazes de promover mudanças e alcançar objetivos pensados em conjunto por todos os membros envolvidos no processo educativo.

Lück (2009) organiza estas estratégias em dimensões assim estruturadas:

As dimensões de organização se apresentam em quatro dimensões:

1. Fundamentos e princípios da educação e da gestão escolar;
2. Planejamento e organização do trabalho escolar;
3. Monitoramento de processos e avaliação institucional;
4. Gestão de resultados educacionais.

As dimensões de implementação são aquelas mais diretamente vinculadas à produção de resultados:

1. Gestão democrática e participativa;
2. Gestão de pessoas;
3. Gestão pedagógica;
4. Gestão administrativa;
5. Gestão da cultura escolar;
6. Gestão do cotidiano escolar. (LÜCK, 2009, p. 27).

Segundo Lück (2009) estas dimensões apresentadas separadamente, apenas servem para facilitar sua compreensão. Contudo devem ser contempladas de forma inter-relacionada, a fim de garantir a valorização das ações do processo de gestão escolar.

2.2 Construção do PPP

De acordo com Maia e Costa (2011) para entendermos o projeto político-pedagógico é necessário refletirmos acerca do trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação principalmente no que se refere ao planejamento diário de suas aulas, metodologia aplicada e métodos avaliativos. Desta forma o projeto político-pedagógico torna-se o centro do trabalho diário dos profissionais em educação e reflete o tipo de educação que determinada instituição de ensino pretende passar para seus educandos.

Na concepção de Maia e Costa (2011) o projeto político-pedagógico é um documento que deve ser pensado e projetado e como tal reflete as concepções do ser humano em relação à vida, ao mundo, a escola e a própria cidadania. Portanto, antes de refletir anseios coletivos, um projeto em si, exprime as expectativas de cada indivíduo acerca de um determinado objetivo.

Neste sentido Maia e Costa (2011) definem o projeto político-pedagógico como uma construção coletiva resultado das diferentes definições dos indivíduos envolvidos que tem por objetivo construir uma escola formadora de cidadãos e para estes.

Maia e Costa (2011) afirmam neste sentido que o PPP constitui um processo democrático constante e reflexivo acerca dos conflitos escolares. Desta forma a sua construção reflete uma prática da escola e para a escola de forma participativa e coletiva. A construção na escola e pela própria escola permite uma maior autonomia e a garantia de uma educação comprometida com a realidade da escola e de seus atores, buscando assim a cidadania em sua plenitude.

Fica claro pela afirmação dos autores, que a construção deste documento deve ocorrer da forma mais democrática possível; caso contrário poderá comprometer a educação cidadã que tanto se pretende alcançar.

Conforme os artigos 12 e 14 da LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) os estabelecimentos de ensino têm a incumbência de elaborar e executar a sua proposta pedagógica, ou seja, o seu projeto pedagógico. De acordo com Lück (2009), ao invés de usar a nomenclatura projeto pedagógico, alguns sistemas de ensino adotam o nome projeto político-pedagógico. Para a autora, elas não apresentam diferenças e designam visão de conjunto e sentido ao processo pedagógico promovido pela escola.

Assim, Maia e Costa (2011) entendem que o termo *político* reflete a busca e a garantia de uma formação mais cidadã, pautada na participação, responsabilidade, compromisso e criticidade.

O projeto político-pedagógico é muito mais que um simples alinhamento de objetivos a serem cumpridos pela instituição escolar em determinado período. É um documento a ser elaborado por todos os segmentos durante o processo educativo, valorizando as ações vivenciadas pelos mesmos. O projeto deve representar a intencionalidade da escola e como tal configura-se em um projeto político, visto que os sujeitos envolvidos no processo educativo possuem aspirações, objetivos e ideias distintas (VEIGA, 2004).

Para Veiga (2004) o PPP indica o caminho a ser seguido e reflete um ato pensado e planejado coletivamente. Pode ser entendido perfeitamente como um ato político, pois reflete as intenções e os interesses dos agentes envolvidos diretamente na construção do projeto.

Nesta linha de pensamento é possível afirmar que o projeto pedagógico representa a organização do trabalho de toda a escola, considerando o contexto onde as ações e processos de aprendizagem acontecem. Não deixa de ser um documento teórico, mas não basta em si e transforma-se através do cotidiano escolar em reflexo da prática vivida pelos sujeitos. É um processo contínuo e como tal, deve ser revisto pensado e renovado constantemente.

Por esta ótica, Veiga (2004) enfatiza que o trabalho pedagógico deve ser analisado com maior cuidado a fim de superar modelos de divisão de trabalho fragmentados e hierarquizados. A construção do projeto político-pedagógico representa uma oportunidade para superar a atual fragmentação e repetição do processo pedagógico que segue os moldes centralizadores de órgãos administrativos.

Nesta direção é importante pensar o projeto pedagógico como a identidade de cada instituição escolar, pois as particularidades de cada escola exigem um projeto específico, com características próprias a fim de contemplarem os anseios de toda a comunidade escolar.

Nas palavras de Lück (2009) o projeto político-pedagógico deve considerar como foco principal de suas ações, o educando e todos os processos que envolvem o desenvolvimento de sua aprendizagem. Desta forma, o planejamento organizado pelos gestores tenderá a garantir uma educação comprometida com a qualidade.

Assim, Lück (2009) define os alunos com as pessoas pelas quais a escola existe e para quem deve organizar seus projetos e definir ações e estratégias na busca por uma formação pessoal e social. Desta forma, tudo deve ser bem planejado primando pela qualidade, oportunidade, incentivo e motivações. O foco principal do ambiente escolar é desenvolver no educando todo o seu potencial e o gosto pelo aprender. Quando a escola entende que o foco de suas ações deve ser o aluno, é possível pensar em uma pedagogia de qualidade.

Percebe-se nas palavras de Lück (2009) o verdadeiro sentido da educação pela qual lutamos como educadores. O educando torna-se referência para o trabalho educativo e deve ser o foco principal de todas as ações planejadas pela instituição de ensino na busca por uma educação de qualidade.

Tomando como referência básica o educando e sendo o projeto político-pedagógico um instrumento de gestão democrática, cabe salientar que durante a sua construção devemos ter bem claros dois objetivos: o que pretendemos fazer e por que pretendemos construir este documento.

Segundo Veiga:

Para a construção do projeto político-pedagógico, devemos ter claro o que se quer fazer e por que vamos fazê-lo. Assim, o projeto não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação que exige o esforço conjunto e a vontade do coletivo escolar. (VEIGA, 2004, p. 56).

Entendendo o projeto político-pedagógico como um instrumento democrático de concretização de ideias coletivas acerca de uma educação de qualidade, Veiga aponta algumas características que um bom projeto deve apresentar ainda em sua concepção:

- a. Ser processo participativo de decisões;
- b. Preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- c. Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;
- d. Conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
- e. Explicitar o compromisso com a formação do cidadão. (VEIGA, 2004, p. 11).

Nesta mesma linha de pensamento, Vasconcellos também apresenta algumas características do projeto político-pedagógico:

- a. Quanto a sua abrangência deve ser amplo, integral e global [...];

- b. Quanto à duração, deve ser longa [...];
- c. Quanto à participação, deve ser coletivo e democrático [...];
- d. Quanto à concretização, deve ser processual; estar em constante reconstrução [...]. (VASCONCELLOS, 2009, p. 18).

Ainda segundo Vasconcellos (2009), durante a elaboração e construção do projeto político-pedagógico, deve-se observar algumas dimensões referentes ao processo reflexivo: análise da realidade, projeção de finalidades e elaboração de formas de mediação. Ao contemplar estas dimensões, o projeto exige dos gestores um maior comprometimento e a valorização de suas competências enquanto agentes construtores deste processo de construção coletiva.

Segundo Maia e Costa algumas funções são atribuídas ao projeto político-pedagógico entre elas:

- a. Esclarecer as ações educativas da escola em sua totalidade, objetivando explicitar os fundamentos teóricos e metodológicos, a organização pedagógica e os modos de realização dos processos educativos;
- b. Apresentar a organização do trabalho pedagógico como um todo, em seus diferentes níveis e modalidades e em suas especificidades. (MAIA; COSTA, 2011, p. 40).

Ao expor estas funções atribuídas à elaboração do projeto político-pedagógico, Maia e Costa (2011) pretendem reforçar o caráter democrático de tomada de decisões impresso neste projeto, considerando os prováveis conflitos e possíveis soluções apresentadas durante a construção deste documento.

Cabe ressaltar que o projeto político-pedagógico de uma instituição de ensino desempenha um importante papel no processo de autonomia e construção do conhecimento.

Vasconcellos (2009) ao expressar suas ideias acerca desta importância, afirma que este projeto deve articular na escola as relações entre a comunidade e órgãos dirigentes. Deve permitir e intermediar o diálogo entre as partes e através desta mediação, garantir os direitos fundamentais à cidadania.

Portanto, ao analisarmos o processo de construção do projeto político-pedagógico é possível compreender que se trata de um planejamento complexo e contínuo.

Para Vasconcellos (2009) o projeto político-pedagógico compreende na atualidade uma das maiores ferramentas das quais a escola dispõe para lutar por uma educação que seja realmente transformadora. É exatamente este planejamento que contribui para o estreitamento entre o que se tem como realidade na escola e o

que se almeja para a mesma. Em verdade, o PPP transforma-se em uma ponte, encurtando distâncias entre a escola que temos e a escola que realmente queremos.

Na medida em que compreendermos a importância desta ferramenta, estaremos imediatamente concretizando o planejado e o desejado para uma educação mais cidadã e transformadora da realidade.

2.3A Comunidade Indígena

Segundo Chauí (2001) o imaginário brasileiro acerca da formação de seu povo e de sua própria história está diretamente relacionado à miscigenação de três povos: o índio, o negro e o branco europeu; cada um com a sua contribuição cultural e características próprias. O índio, habitante natural das terras brasileiras, merece destaque por preservar na atualidade, mesmo com grande dificuldade, a sua língua, costumes e tradições passadas de geração em geração.

Sabemos todos que somos um povo novo, formado pela mistura de três raças valorosas: os corajosos índios, os estóicos negros e os bravos sentimentais lusitanos. Quem de nós ignora que da mestiçagem nasceu o samba, no qual se exprimem a energia índia, o ritmo negro e a melancolia portuguesa? Quem não sabe que a mestiçagem é responsável por nossa ginga, inconfundível marca dos campeões mundiais de futebol? Há quem não saiba que, por sermos mestiços, desconhecemos preconceito de raça, cor, credo e classe? Afinal, Nossa Senhora, quando escolheu ser nossa padroeira, não apareceu negra? (CHAUÍ, 2001, p. 3).

Nas palavras de Chauí (2001) a mestiçagem é um fato histórico inegável e desta rica mistura surgiu o povo brasileiro. Embora tenham contribuído de forma marcante a cultura brasileira, com seus hábitos e costumes, os povos indígenas foram alvo da aculturação e lutam na atualidade para superar uma imagem formada ainda no tempo da colonização.

Esta imagem fica evidenciada na visão de Freyre:

De modo que não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra já adolescente, que aqui se verifica; a colonização européia vem surpreender nesta parte da América quase que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semicivilizações americanas. (FREYRE, 2004, p. 158).

De acordo com Freyre (2004), os povos indígenas brasileiros não tiveram a oportunidade de construir grandes impérios como assim o fizeram outros povos

ameríndios. Pelo contrário, foram invadidos em sua organização social, política e econômica sem grandes chances de reação.

Freyre (2004) afirma que os portugueses enquanto colonizadores, além de menos preconceituosos do que seus concorrentes ingleses e espanhóis depararam-se na América portuguesa com uma cultura indígena bem menos avançada do que em outras partes do continente, tanto no sentido da cultura moral quanto material. Se comparadas com outras populações ameríndias, os colonizadores portugueses encontraram na América uma das populações indígenas mais simples e humildes de todas.

O resultado desta intrusão europeia no território brasileiro foi uma grande miscigenação histórico-cultural, representada hoje pela sociedade brasileira. Os povos indígenas contribuíram de forma decisiva para que a História e a cultura brasileira adquirissem os contornos e as particularidades só aqui encontradas.

Freyre (2004) explica como esta sociedade miscigenada formou-se harmoniosamente, baseada na força da religião católica e na cultura indígena como alicerce para a construção das primeiras bases familiares.

Expressões como preguiçosos e indolentes usadas para descrever os povos indígenas, demonstram a falta de respeito às culturas, tradições, linguagens, imagens e, principalmente, a nossa total falta de conhecimento acerca das mais de 300 etnias indígenas resistentes e que atualmente vivem no Brasil. (IBGE, 2010).

Neste contexto se faz necessário uma maior reflexão acerca dos rumos da escola pública. Uma escola reservada não apenas a elite, mas inclusive uma escola mais justa e igualitária adequando gestão escolar, práticas de ensino de qualidade e a busca de integração e inclusão de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem. A educação indígena se insere no contexto da educação das minorias, dos grupos menos favorecidos da sociedade e que merecem mais atenção por parte das autoridades e responsáveis pela educação de boa qualidade de uma nação.

Apoiados em leis tanto a nível federal quanto estadual, os povos indígenas tem uma chance de ver a sua cultura preservada através das práticas escolares diferenciadas. Contudo, na concepção de Bergamaschi e Dias (2009) estas práticas diferenciadas mesmo asseguradas em leis, não garantem a sua diferenciação.

O artigo 231 do capítulo VIII da Constituição de 1988 assegura o reconhecimento dos índios:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988).

Ainda sobre a educação indígena, em seus artigos 210, 215 e 242 da mesma Constituição de 1988:

Art. 210:

§ 2º. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

[...]

Art. 215:

§ 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

[...]

Art. 242:

§ 1º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. (BRASIL, 1988).

Assim, na trilha do preceito Constitucional, a LDB 9.394/96 traduz aquele mandamento nos seguintes termos:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrantes de ensino e pesquisa, para a oferta de educação bilíngüe intercultural aos povos indígenas. (BRASIL, 1996).

Ainda na LDB 9.394/96, o capítulo III – da Educação, da Cultura e do Desporto, o § 2º do Artigo 210 assegura aos povos indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

De acordo com a legislação vigente, tanto as escolas regulares quanto as escolas indígenas, devem respeitar as especificidades culturais das várias etnias, devendo transformar-se num espaço de luta e preservação das suas organizações sociais, dos costumes, das línguas e crenças e, também, do aprendizado da cultura e dos valores comuns ao povo brasileiro.

Neste mesmo sentido observa-se também a legislação estadual através de seu (Parecer 383/2002) que estabelece as normas para o funcionamento de Escolas Indígenas no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO

SUL, 2002). O Conselho Estadual de Educação (CEE) do Rio Grande do Sul, com fundamento no artigo 11, incisos III e VII, da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, e considerando o disposto no artigo 9º, inciso III, da Resolução CNE/CEB nº 03, de 10 de novembro de 1999, fixa normas para o funcionamento de escolas indígenas e dá outras providências.

Uma importante contribuição é dada por Bergamaschi e Dias (2009) quando afirmam que a escola mesmo sendo conhecida para os povos indígenas desde os tempos da colonização, somente nos últimos anos vem ganhando novas características; características estas que apontam para uma escola dos povos indígenas e não apenas para os indígenas. Nesta perspectiva, cada comunidade indígena tem a responsabilidade de pensar e dirigir os rumos da educação para o índio enquanto cidadão. Percebe-se também, que nos últimos anos, a escola indígena vem apresentando uma forma de comunicação entre o mundo ocidentalizado e o mundo indígena.

Embora a comunidade indígena esteja amparada em leis, decretos e pareceres, Bergamaschi e Dias (2009) acreditam que uma escola indígena diferenciada não é garantida. Tanto profissionais que pensam a educação quanto as próprias comunidades indígenas vem encontrando dificuldades em estabelecer nas aldeias e nas escolas uma verdadeira educação que respeite as peculiaridades daquele povo, ao passo que introduzam práticas educativas coerentes com a realidade. Neste sentido, as dificuldades se apresentam na forma de despreparo por parte dos profissionais e uma forma de receio por parte das comunidades indígenas, principalmente entre os mais velhos, que temem pela preservação de seus costumes e tradições.

Nas palavras de Bergamaschi e Dias:

[...] No seio da cosmologia são criadas estratégias para conformar essa escola diferenciada; instituem tempos e espaços próprios para as práticas escolares; ressignificam os conteúdos escolares; estabelecem os processos de formação de professores a partir das práticas de educação tradicional e implementam outros modos de convivência no espaço escolar. (BERGAMASCHI; DIAS, 2009, p. 93-94).

Nesta mesma linha de pensamento, Matte (2009) concorda no sentido de que mesmo que a educação indígena esteja firmemente amparada em leis, ainda necessita superar obstáculos para sua efetivação. Tais obstáculos ficam evidentes

na falta de profissionais especializados em línguas indígenas próprias; em sua cultura e tradições; faltam também profissionais para conduzir novas metodologias voltadas para os povos indígenas além de pessoas dedicadas que orientem e acompanhem as escolas indígenas de perto.

3 AS INFORMAÇÕES DA PESQUISA

3.1 O Contexto da Pesquisa

A História da comunidade indígena guarani Flor da Mata, atualmente situada no interior do município de Estrela Velha/ RS, teve início no dia 29 de outubro de 2002. Conforme relato do cacique João Paulo Acosta, o grupo era formado por 9 famílias, totalizando 35 pessoas, das quais 15 eram crianças e 20 adultos. De acordo com ele, o grupo optou pelo nome de aldeia Flor da Mata, pois no dia da chegada teriam avistado a floresta toda florida tendo em vista que era início da primavera. Com base nessa imagem, optaram por assim denominar a aldeia. Em guarani, a aldeia é denominada Ka Aguy Poty.

Na época, o grupo fixou residência na localidade de Pedra Lisa, interior do município. Segundo o cacique, o local era de difícil acesso e por este motivo decidiram mudar para a localidade de Linha Somavilla, também interior do município.

No ano de 2005 iniciaram-se as atividades da então Escola Estadual da Reserva contando com a atuação do professor Eduardo Acosta, contratado via Convênio Pradem, atuando como professor séries iniciais. A Escola estruturou-se com materiais doados pela FUNAI e materiais didáticos doados pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Itaúba. A documentação e vida escolar dos alunos da escola indígena passaram a ser feitos por esta escola que mantém até hoje parceria e oferece suporte em todas as questões e/ou dúvidas que a escola indígena apresenta.

A contar do ano de 2006, o professor Eduardo Acosta passou a integrar o quadro funcional da Escola Estadual de Ensino Fundamental Itaúba para atuar como professor séries iniciais através de contrato emergencial, ministrando aulas em classe multisseriada junto à reserva indígena.

No ano 2008, através do Decreto Nº 45.758, de 16 de Julho de 2008, foi criada a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental da Reserva, em Linha Somavilla, distrito de Itaúba, no município de Estrela Velha/RS.

Através da portaria 07/2012, do Diário Oficial da União do dia 27 de janeiro de 2012, foi alterado o nome da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental da

Reserva, passando a ser assim denominada: Escola Estadual Indígena Karai Tataendy Verá Claudio Acosta, localizada em Linha Somavilla, distrito de Itaúba, município de Estrela Velha/RS, a qual está sob a jurisdição da 24ª CRE, município de Cachoeira do sul/RS.

A Escola não conta ainda com prédio próprio. Seu funcionamento ocorre de forma improvisada, em casa de madeira, construída pelos moradores da aldeia; mobiliada com alguns móveis doados ou conseguidos através da 24ª CRE. Os alunos das séries iniciais têm aula na aldeia indígena e a turma de 7ª série frequenta a Escola Estadual de Ensino Fundamental Itaúba em turno inverso ao da turma regular da mesma escola.

No decorrer do ano de 2013 e com a previsão de construção de prédio próprio, a comunidade vem se mobilizando na elaboração e organização da documentação necessária, exigida para o funcionamento da Escola Indígena. Atualmente a aldeia guarani Flor da Mata é composta por 40 pessoas, das quais 20 são crianças e os demais adultos. A matriarca da aldeia é Katarina Duarte. Ela está com 67 anos de idade é muito importante, sendo consultada em todas as questões que envolvem os assuntos da aldeia. Conforme conversa informal com Cacique, percebe-se que todas as ações desenvolvidas pela comunidade visam, preferencialmente, respeitar as crianças por sua inocência, e o idoso pela sua sabedoria.

3.2 Sistematização da opinião dos participantes da pesquisa

3.2.1 Entrevista com o Cacique e o Professor da Aldeia

A primeira pergunta da entrevista versou sobre a avaliação quanto à construção do PPP até o momento. Na opinião do Cacique a construção da documentação está sendo feita através de muito diálogo. Ele percebe que os interesses do grupo indígena sendo respeitados. Até o momento a opinião dos membros da aldeia foi ouvida e aceita, demonstrando entendimento entre os envolvidos. O Professor acredita que o documento será de grande relevância, uma vez que poderá servir de instrumento para garantir os interesses do grupo futuramente.

Com base nestas respostas pode-se perceber o engajamento e o compromisso de ambos na construção do PPP, o que demonstra o valor dado a reflexão e tomada de decisões coletivas.

Seguindo a entrevista, o Cacique enfatizou que entende este documento como sendo uma forma de registrar, passo a passo, a caminhada da aldeia, devendo respeitar as características da comunidade e valorizar o povo guarani. Da mesma forma o Professor também acredita que o documento servirá de base para o registro de tudo o que a Escola pretende desenvolver, como ela irá desenvolver as atividades, primando pela participação de toda a comunidade escolar e definindo a trajetória do ano letivo.

A questão seguinte indagou sobre a importância do PPP para a comunidade guarani. Na concepção do Cacique o documento representa uma garantia, uma forma de assegurar a educação indígena de qualidade, principalmente, para que ela se mantenha independente da troca de funções ou cargos dentro da Comunidade e da Escola. Para o Professor o documento representa o conhecimento de toda comunidade; serve de base para fortalecer ainda mais a cultura do povo guarani.

Em relação à participação dos pais, alunos e professores, na opinião do Cacique vem fortalecer os costumes que já são praticados pelo grupo, como é possível perceber em seu relato: “todo mundo vai opinar e aprender a se respeitar; se sentir seguro e tranquilo do que está sendo escrito”. O Professor acredita que os pais ficarão mais seguros e conscientes daquilo que a Escola vai ensinar.

Quanto à orientação e assessoria durante a construção do PPP, o Cacique respondeu que até o momento teve algumas orientações sobre o que é o PPP e qual a importância deste documento para a Escola, através de alguns encontros, cursos em Porto Alegre, na Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEEDUC); com a professora Bia Soares Mazuim de Cachoeira do Sul através da troca de ideias dentro da própria aldeia. O Professor indígena também concorda dizendo que vem recebendo orientação quanto à construção deste e demais documentos através de encontros de formação na 24ª CRE de Cachoeira do Sul e em reuniões dentro da própria aldeia para decidir se aceita ou não os rumos que os documentos vem ganhando. Também acredita que o documento deve registrar tudo, com clareza e de forma simples, para que todos possam entender.

Outra questão indagou os entrevistados quanto aos elementos que acreditam ser relevantes e/ou importantes e que deveriam constar no PPP da Escola. Para o

Cacique, o que mais importa é a participação de todos, principalmente das crianças e das pessoas mais idosas, pois estas são a razão da cultura e da identidade guarani. Acredita ainda que não deve faltar a valorização da música, dança, artes, crenças religiosas e a língua mãe. Também acredita que o ensino da língua portuguesa e da matemática é de fundamental importância, pois serve como arma de defesa futura quando estiverem fora da aldeia. Da mesma forma o Professor considera relevante a participação da comunidade.

Os passos seguidos pela comunidade indígena para a construção do PPP até o momento, segundo o Cacique e o Professor, têm sido através de diálogos com especialistas na área de construção deste documento, encontros de formação e leitura de materiais disponibilizados ao longo do ano.

Participa ativamente da construção deste documento o Cacique, que acompanha tudo de perto contando com orientação de sua mãe. O Professor guarani, que demonstra empenho ao ouvir as orientações e buscando aprofundamento no assunto. A Comunidade guarani, na pessoa da matriarca Katarina, que orienta e conduz sobre cada decisão a ser tomada. A responsável administrativa professora Marilei, que busca constantemente informações e faz a mediação entre a Comunidade indígena e os órgãos administrativos e pedagógicos. A 24ª CRE de Cachoeira do Sul representada pela professora Bia, que orienta e dá suporte para a continuidade da construção do projeto. E o Rodrigo, representante da SEEDUC/Porto Alegre, auxiliando sempre que necessário.

Percebe-se através do relato do Cacique e do Professor, que os maiores desafios na construção do PPP foram o entendimento do que é o projeto e como registrá-lo. Para ambos foi necessário muita pesquisa, diálogo e orientação para atingir o que conquistaram até o momento, o que para eles representa uma grande luta e grande conquista.

O maior aprendizado segundo os entrevistados, quanto à construção deste projeto, têm sido a descoberta e a implantação do mesmo na Escola indígena. Até o presente momento os entrevistados não tinham conhecimento acerca deste e de outros documentos necessários que regulamentam a criação da Escola.

A Comunidade indígena vem participando ativamente na elaboração do projeto, contando com a cooperação das crianças, dos pais, do professor, do cacique e os mais idosos da aldeia. Segundo o Cacique, o coletivo não é um

problema, já que todas as decisões são tomadas coletivamente, sendo um costume da aldeia.

Quando questionado sobre o que entende a respeito de gestão democrática, o Professor relatou: “passo certo para atender o querer de todos”. Da mesma forma, o Cacique entende que a gestão democrática é quando todo mundo opina e é ouvido, mesmo não sendo atendida uma vontade particular, mas sendo realizada uma vontade para o bem comum.

Na visão do Cacique a construção do PPP vem sendo realizada de forma democrática: “com certeza, o pouco que já foi feito, foi de comum acordo, filho escuta quando pai fala, pensando futuro da aldeia, criança é futuro líder, falar é importante, mas registro também é”. Para o Professor a gestão também vem sendo de forma democrática, todos participam ouvindo, questionando, opinando, apresentando ideias e decidindo o que é melhor para a comunidade guarani.

3.2.2 Entrevista com a Diretora da Escola Indígena

Na visão da Diretora o PPP constitui-se em um plano que vê a escola como um todo e tem o compromisso de formar o cidadão, defender as ações educativas e as características necessárias à Escola. Ela também acredita que este documento deve definir para a Escola e para a Comunidade as regras e os objetivos a serem alcançados no fazer pedagógico. É um instrumento que ajuda a Escola a definir o que quer com objetivo maior.

A importância da construção e utilização do PPP, na visão da Diretora, é indicar a direção certa para determinado grupo, pois fica claro o que se pretende e o que deve ser feito, além de evitar perda de tempo e gastos desnecessários, como é possível de observar no seu relato: “Podemos dizer que dá segurança e norteia o trabalho como um todo”. Acrescentou ainda que o PPP permite um fazer pedagógico mais prático, onde todos aprendem a ser e conviver.

A Diretora, sobremaneira, enfatizou que o método facilitador para a construção do PPP é a democracia e a coletividade, permitindo assim que todos os segmentos se manifestem e juntos decidam a melhor ação ou ideia para o grupo. O diálogo e a leitura de documentos também oferecem suporte para este projeto. O PPP deve garantir o acesso e a permanência do aluno na Escola, bem como seu

sucesso escolar. Este documento deve, acima de tudo, refletir sobre qual identidade a Escola quer construir e como pretende fazer isso.

Na opinião da Diretora a construção do PPP está sendo um desafio muito grande, pois requer muita leitura, visto que deve contemplar ao mesmo tempo os anseios da comunidade e obedecer à legislação. O maior foco de discussão até o momento foi estabelecer que tipo de cidadão que a Escola Indígena pretende formar, de que forma irão estudar, que modalidade irão seguir, como serão avaliados, como dividir o tempo para os estudos e como organizar o conhecimento das diferentes disciplinas a serem estudadas, bem como quem são os profissionais que poderão atuar nesta Escola. Neste sentido, uma grande dificuldade encontrada é a falta de modelos, sugestões que contemplem este documento em escolas indígenas, visto que as escolas indígenas ainda estão em processo de construção e afirmação de sua identidade.

Quanto à orientação sobre a construção do PPP, a Diretora afirma que já possui conhecimento acerca da construção deste em escolas regulares, pois atuou como diretora por muitos anos. Atualmente, recebe orientação e apoio pedagógico da 24ª CRE, encontros de formação em outras escolas indígenas, apoio da SEEDUC/Porto Alegre, estudos e pesquisas em documentos e troca de experiência na própria comunidade. Contudo, a construção deste PPP trouxe muita insegurança, pois contempla muitas particularidades próprias da Comunidade indígena. Mesmo com anos de experiência e orientações e um roteiro para seguir, tudo é muito complexo porque cada escola deve ter sua identidade definida e preservada.

Quanto à elaboração do PPP a Diretora afirma que uma dificuldade muito grande está sendo a diferença de culturas e linguagens, além de prioridades. Enquanto a gestora planeja construir o PPP em tempo hábil e dentro da legalidade, a Comunidade indígena entende o tempo de outra forma, baseado nas leis da natureza, interferindo no andamento e conclusão do projeto. Um exemplo a ser citado é a intuição da matriarca Katarina, que dependendo dos sonhos ou pressentimentos que teve, sugere aos membros que não saiam da comunidade ou não realizem determinada atividade, entre elas, reuniões, viagens e encontros com pessoas estranhas.

Na visão da Diretora é importante constar no PPP um saber diferenciado e que ao mesmo tempo oportunize novos conhecimentos, mas também mantenha a

cultura deste grupo, visto que este documento, sobretudo deve garantir e legalizar o fazer pedagógico.

A gestão democrática é entendida pela Diretora como um ato de participação e valorização da opinião de todos dentro de um coletivo. Na sua visão a gestão democrática representa a universalização do ensino. Também afirmou que quando da construção e reconstrução do PPP de escolas regulares das quais já participou, costumou realizar de forma coletiva. Para a construção do PPP da Escola Indígena está realizando encontros individuais por segmentos, após reúne estes segmentos e ambos discutem e definem objetivos que atinjam a todos. Ainda segundo ela, embora seja oportunizado aos segmentos a participação na tomada de decisões, o segmento pais, nem sempre participa como deveria, deixando a maior parte das decisões para o setor pedagógico e direção da escola, fato que prejudica o processo democrático.

Quanto à construção do PPP os passos seguidos até o momento, segundo a gestora foram: encontro dela com a Comunidade da escola indígena com a finalidade de explanar sobre a criação deste e demais documentos; obedecendo a legislação vigente, visto que os documentos são necessários para a legalização da escola. Encontros de formação dos segmentos: Cacique, Professor indígena, Diretora da Escola Indígena e Coordenadora do projeto designada na SEEDUC/Porto Alegre, na 24ª CRE em Cachoeira do Sul. Troca de experiências em outras comunidades indígenas Guarani e Kaingang, em Porto Alegre. Estudo de documentos e legislação com orientação da 24ª CRE sobre parecer descritivo, ciclos e áreas de estudo e avaliação. E encontro na Comunidade Indígena com professores da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) para esclarecimentos sobre a documentação.

Atualmente o projeto encontra-se “rascunhado”; precisa ser debatido com toda a Comunidade Indígena para verificar se está de acordo com os anseios da comunidade. Em seguida deverá ser aprovado pelo Cacique, somente depois será enviado para aprovação na 24ª CRE.

A gestora compreende como maiores desafios até o momento para a construção do PPP: as diferentes prioridades entre gestora e comunidade indígena; conhecer e respeitar a cultura guarani; respeitar a forma como eles entendem o tempo; fazer a comunidade entender que existem prazos a serem cumpridos; criar

um modelo de PPP diferenciado para escola indígena que contemple os desejos da comunidade e a preservação da sua cultura.

A aprendizagem adquirida durante o processo de construção do PPP serviu de reflexão para rever conceitos acerca do que é realmente importante estudar na Escola Indígena. A gestora destaca que aprendeu com a Comunidade Indígena que muitos conteúdos que a escola ensina não têm de fato grande utilidade para a vida, reforçando a importância de fazer um PPP realmente significativo e priorizando os conhecimentos que realmente interessam ao grupo.

Conforme a gestora, a participação da Comunidade Indígena na construção do PPP está sendo de forma bastante participativa, porém há dificuldade de comunicação e entendimento de idéias, o que leva o grupo a reunir-se separadamente logo após as reuniões, não sendo nada decidido nas mesmas. O Cacique aprofunda a discussão e retorna com a decisão do grupo, geralmente alguns dias depois. Este ato de aprofundar as discussões, é da cultura da aldeia e é entendido e respeitado pela diretora .

De qualquer forma, a gestora acredita que a construção do PPP vem sendo um processo democrático, pois todos participam e aprovam apenas aquilo que é comum e benéfico a todos.

3.2.3 Entrevista com a Coordenadora designada pela 24ª CRE

A Coordenadora da 24ª CRE avalia o processo de construção do PPP como sendo um processo riquíssimo, pois está sendo constituído com toda a Comunidade indígena, transformando-o em um documento único e com a essência da aldeia, tal qual deve ser. Na sua percepção a construção do PPP pode ser considerada um instrumento de gestão democrática visto que a gestão é a participação de todos, tanto no planejamento quanto na execução. As etapas de construção estão envolvendo toda a Comunidade indígena. Por natureza, eles são uma comunidade democrática, onde tudo é decidido em parceria. Logo, a construção do primeiro PPP da Escola não poderia ser de forma diferente senão, democrática. Complementando, a Coordenadora define a gestão como um processo onde todos discutem e, de fato, são ouvidos, definindo assim os caminhos a serem tomados a partir destas discussões, debates e opiniões.

Para a Coordenadora, a principal dificuldade neste processo é a distância física e geográfica entre a CRE e a Escola Indígena. A mesma gostaria de estar acompanhando mais de perto a construção do PPP, bem como assistindo e participando do dia a dia da aldeia para perceber melhor os anseios desta. Outro entrave que dificulta a comunicação entre as partes é a falta de acesso à internet e sinal de telefonia celular na aldeia.

Um desafio significativo na visão da entrevistada quanto à busca pela gestão democrática é realmente compreender a concepção de democracia, processo que envolve tanto direitos quanto deveres. O PPP neste contexto é um processo que demanda democracia, pois não há modelos ou fórmulas a ser seguidos, todos devem participar, caso contrário ele não será constituído enquanto documento e não retratará a realidade da aldeia, muito menos os objetivos a serem atingidos pela Escola indígena. A gestora também relatou que é a primeira vez que participa da construção de um PPP indígena. Apesar de ter experiência pedagógica de vários anos e também de ter acompanhado a construção de outros PPP, sente dificuldade em orientar este processo totalmente único para ambas as partes.

Em seu relato, ao participar da construção coletiva do PPP junto a Escola indígena, diz-se encantada com a comunidade indígena. Percebe isso quando está sentada junto da comunidade para ouvi-los. Para ela “a sociedade deles é um sonho. Às vezes, inatingível para nós, não-indígenas”.

Na opinião da Coordenadora é imprescindível constar no PPP da referida escola tudo aquilo que é importante para manter a cultura do povo guarani. Para a construção do mesmo a coordenadora seguiu até o momento alguns passos: contou com orientações da SEEDUC para sanar dúvidas acerca do processo; realizou visitação a outras comunidades e escolas indígenas; participou de encontros e debates promovidos pela SEEDUC para troca de experiências; e, promoveu conversas dentro da Comunidade indígena a fim de escutar e registrar o que está sendo discutido sobre o PPP. Com base nesses registros ela procura orientar a Comunidade indígena quanto aos caminhos já traçados e o que ainda é necessário ser feito.

A Coordenadora surpreendeu-se com a participação de todos da Comunidade. Ela percebe que o envolvimento da comunidade é total, os envolvidos neste processo de construção acreditam realmente que o PPP vai assegurar uma Escola voltada para a Comunidade indígena e seus anseios. Vem aprendendo com

a Comunidade respeitar o tempo e a cultura, falar menos e ouvir mais o que aquele povo tem a dizer. Junto à aldeia aprendeu que não é a detentora do saber e que o povo guarani tem muito conhecimento a ser transmitido e perpetuado, por isso tamanha dedicação ao processo de construção deste documento por parte deste povo.

3.3 Síntese da opinião dos participantes da pesquisa

De acordo com a análise das entrevistas realizadas, durante o processo de construção do primeiro PPP da Escola Estadual Indígena Karaí Tataendy Verá Claudio Acosta, localizada na aldeia guarani Flor da Mata, no município de Estrela Velha/ RS, foi possível constatar as seguintes categorias: participação como princípio da gestão democrática no processo de construção do PPP; os desafios; etapas de construção do PPP e identidade da cultura indígena, as quais são contextualizadas a seguir.

A participação como princípio da gestão democrática no processo de construção do PPP implicou, desde o princípio, em um ato democrático e de gestão participativa. Neste sentido os entrevistados concordaram que a participação é fundamental em um processo de tomada de decisões, pois todos serão beneficiados ou prejudicados pelas decisões coletivas. Para Maia e Costa (2011, p. 73), “a gestão democrática fortalece a participação da comunidade escolar na construção do PPP, pois por meio dela se entende que o funcionamento da escola exige uma relação de compromisso com o processo de ensino aprendizagem.” Os entrevistados conceituaram o PPP de acordo com o seu conhecimento. Assim, o Cacique e o Professor indígena entendem o PPP como sendo um documento no qual deverão registrar passo a passo a caminhada da escola, devendo respeitar as peculiaridades da mesma e valorizar o povo guarani, sempre de forma participativa e coletiva. A Diretora define o PPP como sendo um plano de ações da Escola que tem por finalidade formar o cidadão e caracterizar as necessidades da própria escola. Nesta linha a Coordenadora complementa que o PPP é um documento que representa a gestão democrática da educação visto que é elaborado com a participação de todos desde o ato de planejamento até a execução e obtenção dos resultados.

Para Maia e Costa (2011, p. 55) o PPP é um “[...] instrumento articulador das ações da escola e possui várias funções, das quais a principal é o registro dos passos rumo a democratização do país através de uma das suas principais instâncias: a escola”.

A Gestora da Escola Indígena acredita que a construção do PPP vem sendo um processo democrático, pois todos participam e aprovam apenas aquilo que é comum e benéfico a todos.

O Cacique reforça a ideia de que o PPP, além de representar a segurança de um documento que venha a fortalecer as tradições do grupo, tranquiliza os pais e toda a comunidade sobre o que a Escola vai ensinar. Acredita também que este documento deve ser elaborado com a participação de todos, como já é hábito do grupo na tomada de decisões coletivas.

Para Vasconcellos:

O processo de planejamento participativo abre possibilidade de um maior fluxo de desejos, de esperanças, portanto, de forças para a tão difícil tarefa de construção de uma nova prática. Almeja-se também a partilha de todos os bens, sejam espirituais (decisão, planejamento), sejam materiais (recurso, lucros, perdas). (VASCONCELLOS, 2009, p. 173).

Em relação aos desafios encontrados durante o processo de construção do PPP, o Cacique e do Professor indígena um dos maiores desafios para o grupo foi entender o que era o projeto e a forma de como registrá-lo. Foi necessário muito diálogo e orientações, o que representa para o grupo uma grande conquista.

Na visão da Diretora os principais desafios para a construção do PPP podem ser traduzidos através dos seguintes pontos: diferenças de ideias quanto a prioridades; compreender como a comunidade guarani interpreta o tempo; tentar mostrar ao grupo que existem prazos a serem cumpridos na construção e finalização do documento além de construir um documento que seja diferenciado e autêntico respeitando e preservando a cultura guarani e ao mesmo tempo atenda a legalidade exigida.

Para a Coordenadora o principal desafio em construir um PPP diferenciado esteve na distância geográfica entre a coordenadoria e a escola indígena, aproximadamente 240 quilômetros; a falta de acesso a internet e sinal de telefonia celular, o que dificultou a comunicação e esclarecimento de dúvidas que surgiram durante a caminhada. Relatou também que mesmo com anos de experiência como

gestora e orientadora pedagógica, este é o primeiro PPP de escola indígena a ser orientado por ela, tendo então dificuldades nesse processo de orientação.

Conforme Maia e Costa (2011, p. 93): “Para que haja articulação, interdependência, reciprocidade e dinamicidade na construção coletiva do PPP, é de extrema importância o papel articulador do diretor e da equipe pedagógica neste processo.”

Para Vasconcellos (2009), muitos fatores podem interferir no processo de elaboração do PPP, entre os quais se destacam: comodismo por parte dos sujeitos, imediatismo, perfeccionismo, falta de esperança e confiança, formalismo, mera reprodução do novo senso comum, nominalismo, falta de experiência de caminhada comum enquanto grupo, falta de espaço-tempo para encontros, reflexões e acompanhamentos e falta de exercício democrático na escola.

Nota-se que alguns destes fatores citados por Vasconcellos foram mencionados pelos entrevistados, entre eles, a falta de experiência de ambas as partes na construção deste documento; os guaranis porque nunca haviam elaborado um PPP, e as gestoras pelo fato de nunca terem construído um PPP indígena. Outro fator foi a falta de espaço-tempo e a distância uma grande barreira para os encontros e acompanhamentos.

De acordo com Vasconcellos:

O trabalho educativo, do qual a elaboração do Projeto faz parte, é essencialmente uma dialética de continuidade-ruptura, pois não introduzir o elemento novo, é permanecer no mesmo e, de outra forma, não caminhar junto, é avançar sozinho. Assim sendo, mais importante do que ter um texto “sofisticado”, é construirmos o envolvimento e o crescimento das pessoas, principalmente dos educadores, através de uma participação efetiva naquilo que é essencial na instituição. (VASCONCELLOS, 2009, p. 179).

A partir das ideias de Vasconcellos compreende-se que a construção do PPP de uma instituição de ensino tal qual é o processo educativo, também deve ser contínua e coletiva. O importante é registrar a caminhada e o envolvimento do grupo durante o processo de construção deste documento, atendendo aos anseios de toda comunidade escolar.

Neste sentido, em relação às etapas de construção do PPP da Escola indígena alguns passos foram observados. Os passos seguidos pela Comunidade indígena, segundo o Cacique e o Professor, foram diálogos com especialistas na área de construção deste documento, encontros de formação na 24ª CRE/Cachoeira

do Sul e na SEEDUC/Porto Alegre, leitura de materiais disponibilizados, além de troca de experiências com outras aldeias.

Segundo a Gestora, os passos seguidos foram: encontro da mesma com a Comunidade e Escola indígena; encontros de formação dos segmentos cacique, professor indígena, diretora e coordenadora designada na SEEDUC/Porto Alegre, na 24ª CRE/Cachoeira do Sul; troca de experiências em outras comunidades indígenas Guarani e Kaingang em Porto Alegre; estudo de documentos e legislações com orientação da 24ª CRE; encontro na comunidade indígena com professores da UNISC para esclarecimentos sobre a documentação.

A Coordenadora contou com orientações da SEEDUC/Porto Alegre; realizou visita a outras comunidades e escola indígena; participou de encontros e debates promovidos pela SEEDUC para troca de experiências; promoveu conversas dentro da comunidade indígena.

Na visão de Vasconcellos (2009), os passos para o processo de elaboração e aplicação do PPP, podem ser: o surgimento da necessidade do projeto; a iniciativa de realizar o projeto; motivação e a sensibilização do grupo; decisão coletiva; a elaboração; publicação; realização interativa; avaliação e atualização do contexto; reconstrução anual; avaliação coletiva e reelaboração parcial ou total.

Percebe-se que alguns passos apontados por Vasconcellos foram seguidos pelo grupo para a elaboração e construção do primeiro projeto da escola indígena, tais como: a elaboração devido a sua necessidade e a força de vontade do grupo em ver este projeto concretizado.

Durante o processo de construção do PPP o Cacique e o Professor Indígena propuseram algumas alternativas que acreditam ser relevantes constar neste documento para que a identidade da cultura indígena seja preservada ao máximo. Para o Cacique, o que mais importa é a participação, principalmente da criança e do idoso, pois estes são a razão da cultura e da identidade guarani. Acredita na valorização da música, dança, artes, crenças religiosas e a língua mãe. Considera importante o ensino da língua portuguesa e da matemática, pois fora da aldeia necessitam destes conhecimentos. Na visão do Professor indígena o que importa é a participação de toda a comunidade.

No decorrer do processo de construção do PPP da Escola indígena foi possível identificar algumas visões e prioridades por parte dos sujeitos envolvidos.

Pode-se notar que o Cacique e o Professor Indígena priorizam a preservação da cultura de seu povo, principalmente a língua mãe e a valorização da criança e do idoso. A criança é importante, pois será o futuro da aldeia e o idoso merece respeito por sua sabedoria e conhecimento. Segundo ele, a música, a dança e as artes são elementos fundamentais e devem constar neste documento, assim como todas as atividades e decisões são realizadas de forma coletiva, a construção do PPP também está sendo feita dessa forma. Todos ouvem, opinam e questionam para então decidir o que é melhor para o bem comum, e mesmo que não se constate o atendimento de uma vontade particular, o grupo fica realizado em ver aceita uma vontade que beneficiará a todos.

Da mesma forma, a Diretora compreende que o mais importante é este documento garantir ao máximo a preservação da cultura deste povo. Contudo acredita que é fundamental também que este documento esteja adequado a legislação vigente, que estabelece alguns prazos para sua realização. Daí a preocupação da gestora em finalizar este documento, pois ela e a Comunidade Indígena entendem o tempo de forma diferente.

No mesmo sentido, a Coordenadora designada pela 24^a CRE acredita que para acompanhar e orientar o processo de construção do primeiro PPP da Escola indígena é imprescindível que o documento contemple tudo o que é importante manter referente à cultura guarani, desta forma o PPP será apropriado e único para aquele povo.

Diante do exposto pode-se afirmar que, embora os sujeitos envolvidos durante o processo de construção do PPP possam ter encontrado algumas barreiras, o documento está sendo concretizado de forma democrática, onde todos participam ativamente vencendo suas dificuldades, sendo elas a distância, as diferentes noções do tempo e a própria compreensão do que seja o documento.

Na opinião dos entrevistados percebe-se que eles acreditam na gestão democrática como um ato de participação política. Sendo assim, os sujeitos envolvidos demonstraram engajamento e compromisso com a construção do PPP, valorizando as reflexões e a tomada de decisão coletiva.

As palavras de Maia e Costa afirmam que:

A legitimidade da gestão democrática e do PPP passa a ser entendida como um processo coletivo, pelo qual a organização pedagógica e administrativa e as relações entre os órgãos colegiados constituídos pela

comunidade escolar são fortalecidas e normatizadas. (MAIA; COSTA, 2005, p. 73).

Neste sentido, percebe-se que as ações realizadas e a forma como vem sendo constituído o PPP da Escola indígena, identificam-se com as ideias de Maia e Costa. Portanto, o PPP não é um mero ato burocrático, mas sim um ato de democracia que vem contemplar prioritariamente os anseios do povo guarani da aldeia Flor da Mata.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio ao processo educativo e sua constante adaptação as necessidades da atual sociedade moderna, novas modalidades educacionais são necessárias e vem sendo normatizadas para atender a uma clientela diferenciada. Neste contexto a educação indígena vem ganhando destaque e oportunidade no meio educacional, amparada pela Constituição Federal de 1988 e explicitada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996, além de ser regida por resoluções e pareceres nas esferas federais e estaduais.

Mesmo assegurada em Lei, a educação indígena carece de apoio e organização. Apoio por parte das esferas responsáveis e organização por parte das comunidades indígenas que necessitam se autoafirmarem e expressar a vontade de ter uma educação diferenciada e voltada para a preservação de sua cultura e apropriação de novos conhecimentos.

Constatou-se que no decorrer do processo ocorreram alguns desafios a serem superados pelas partes envolvidas. Entre eles cabe destacar a distância entre a coordenação e a aldeia indígena, a falta de experiência neste tipo de projeto por parte das gestoras, a falta de acesso à internet e telefonia móvel, as diferenças culturais acerca do conceito de “tempo” e o entendimento sobre o que é realmente o documento.

Apesar de terem encontrado alguns percalços, os envolvidos demonstraram-se comprometidos e engajados na concretização deste projeto, participando, sempre que solicitados, em reuniões; debates; encontros e orientações na aldeia, na 24ª CRE/Cachoeira do Sul e na SEEDUC/Porto Alegre.

Percebeu-se que a maior prioridade e desafio para o Cacique e o Professor Indígena é manter preservada a cultura e hábitos próprios do povo guarani; na forma da dança, música, língua materna e valores. Além disso, acreditam ser importante a aprendizagem de novos conhecimentos, entre eles o ensino da língua portuguesa e da matemática, conhecimentos esses, necessários para inclusão deste povo na sociedade não indígena. Desta maneira o PPP representa uma forma de concretização desta vontade, pois é um documento que registra todos os anseios da Escola Indígena, diferenciada e amparada na gestão democrática da educação.

A mesma visão foi percebida por parte das gestoras, que enfatizaram também a preservação da cultura, valores, hábitos e particularidades do povo guarani. Um diferencial que pode ser notado foi a preocupação por parte delas em construir um documento em tempo hábil e obedecendo as normas e legislações vigentes.

Cabe ressaltar que a construção do PPP da referida Escola vem acontecendo de forma democrática atendendo aos anseios de todos os sujeitos envolvidos e buscando, principalmente, a preservação da identidade da aldeia.

Assim, acredita-se que este estudo além de contribuir para o enriquecimento acadêmico da autora do presente trabalho também possa configurar-se em mais uma fonte de consulta para futuros estudiosos acerca do tema construção do PPP das escolas indígenas, já que o tema carece de trabalhos e ainda encontra-se em um estágio inicial de discussões.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BERGAMASCHI, M.A.; DIAS, F.P. Kãki Karan Fã: reflexões acerca da educação escolar indígena. In: SILVA, G.F. da; PENNA, R.; CARNEIRO, L.C. da C. (Orgs.). **RS Índio: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 91-103. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/rsindio.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 30 set. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988): Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n° s 1/92 a 44/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n° s 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. 438 p.

CHAUÍ, M. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 2ª reimpressão: outubro de 2001. Revisão. Maurício Balthazar Leal.

CURY, C.R.J. Gestão Democrática dos Sistemas Públicos de Ensino. In: OLIVEIRA, M.A.M. (Org.). **Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DOURADO, L. F; MORAES, K. N. de; OLIVEIRA, J. F. **Gestão Escolar Democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação**. p. 13 Disponível em: <<http://www.letraviva.net/arquivos/2012/anexo-1-Gestao-escolar-democratica-definicoes,-principios-e-mecanismos-de-implementacao.pdf>> Acesso em: 25 jul. 2013.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GANDIN, D.; GANDIN, L.A. **Temas para um projeto político-pedagógico**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GODOY, A.S Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. Comunicação Social: 10 de agosto de 2012. Disponível em:
<<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2194>>
Acesso em: 28 jul. 2013.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001. Disponível em:
<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/32/3/LDB_Gest%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

LIBÂNEO, J.C. Concepções e práticas de organização e gestão da escola: considerações introdutórias para um exame crítico da discussão atual do Brasil. Artigo publicado na **Revista Española de Educación Comparada**, Madrid, Espanha, Año 2007, Numero 13. Edición monográfica: Administración y gestión de los centros escolares: panorâmica internacional.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, H. A evolução da gestão educacional a partir de uma mudança paradigmática. **Revista Gestão em Rede**, n. 3, p. 13-18, nov., 1997.

MAIA, B. P.; COSTA, M. T. de A.; **Os desafios e as superações na construção coletiva do projeto político-pedagógico**. Curitiba: Ibpex, 2011.

MATTE, D.C. Indígenas no RS: educação formal e etnicidade. In: SILVA, G.F. da; PENNA, R.; CARNEIRO, L.C. da C. (Orgs.). **RS Índio**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 104-114. Disponível em:
<<http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/rsindio.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. São Paulo: Vozes, 2010.

NETO, O.C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. São Paulo: Vozes, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Parecer nº 383**, de abril de 2002. Estabelece normas para o funcionamento de escolas indígenas no sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2002. Disponível em:

<<http://www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id3154.htm>>. Acesso em: 20 set. 2013.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VEIGA, I.P.A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva In: VEIGA, I.P.A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2004, p. 11-35.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Como estudante do Curso de Especialização em Gestão Educacional (UAB/UFSM) sou autora da pesquisa em desenvolvimento “OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA DA RESERVA INDÍGENA DE ESTRELA VELHA/RS. Tal pesquisa objetiva a coleta e análise de dados que resultarão na monografia de conclusão de curso, sob orientação do Prof. Leonardo Germano Krüger.

O trabalho se constitui em analisar os possíveis desafios enfrentados pelos sujeitos envolvidos durante o processo que resultará na construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Karaí Tataendy Verá Claudio Acosta. A pesquisadora se compromete em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os colaboradores venham a ter no momento da pesquisa ou, posteriormente, através do telefone (51)95507681 ou e-mail nany-pires15@hotmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e de ter esclarecido minhas dúvidas, eu,....., aceito participar dessa pesquisa, bem como autorizo a publicação, na íntegra ou em parte, de minhas escritas, sem identificação do meu nome. Apenas com o nome fictício nos relatórios da pesquisa e publicações associadas.

Estrela Velha, de de 2013.

Assinatura do entrevistado:

Assinatura do pesquisador responsável:.....

Muito Obrigada!

APÊNDICE 2 – ROTEIRO ENTREVISTA: CACIQUE E O PROFESSOR INDÍGENA DA ALDEIA GUARANI



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Pesquisador: Eliane Pires
Orientador: Leonardo Germano Krüger

Prezado Cacique e Professor,

Sou aluna do Curso de Gestão Educacional, na modalidade à distância, da Universidade Federal de Santa Maria e estou desenvolvendo uma pesquisa com a finalidade de analisar os possíveis desafios enfrentados pelos sujeitos envolvidos no processo de construção do projeto político pedagógico da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Karaí Tataendy Verá Claudio Acosta; aldeia Ka Aguy Poty município de Estrela Velha/RS. Para tanto, solicito a sua colaboração respondendo a uma entrevista, por escrito, de modo a contribuir para a produção acadêmica.

É importante que você participe para aprofundar os conhecimentos acerca da importância da construção do Projeto Político-Pedagógico para esta comunidade.

Para a preservação de suas identidades, os dados recolhidos serão usados conforme os padrões éticos, que norteiam a pesquisa acadêmica, regulamentados pelo Comitê de Ética da UFSM.

Muito obrigada pela sua colaboração!

Informações:

Nome _____ idade _____ escolaridade _____

Questões:

- 1- Como você avalia até agora o processo de construção do Projeto Político Pedagógico na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Karaí Tataendy Verá Claudio Acosta ?
- 2- Para você o que é o projeto político-pedagógico? O que ele deve contemplar?
- 3- O que representa a construção deste documento para a comunidade guarani Ka Aguy Poty?

- 4- Você acredita que este documento venha a fortalecer a participação dos pais, alunos e professores dentro da comunidade indígena?
- 5- Você recebeu orientação, assessoria quanto à construção deste documento? Onde? Quando? De quem? Como?
- 6- O que você acredita ser importante constar no projeto político-pedagógico da escola indígena?
- 7- Cite e comente sobre os passos seguidos para a construção do projeto político-pedagógico da escola?
- 8- Comente sobre a participação e contribuição das pessoas que participaram da construção do projeto político-pedagógico da escola.
- 9- Quais foram os desafios enfrentados até agora na construção deste documento?
- 10- Quais são as aprendizagens ao participar da construção do projeto político-pedagógico?
- 11- Como foi a participação da comunidade indígena na construção do projeto político-pedagógico da escola?
- 12- Para você, o que significa gestão democrática?
- 13- Até o momento, você acredita que a construção do projeto político-pedagógico da escola está sendo um processo democrático? Por quê? (relatar)

APÊNDICE 3 – ROTEIRO ENTREVISTA: DIRETORA RESPONSÁVEL PELA ESCOLA INDÍGENA DA ALDEIA GUARANI



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Pesquisador: Eliane Pires
Orientador: Leonardo Germano Krüger

Prezada Diretora:

Sou aluna do Curso de Gestão Educacional, na modalidade à distância, da Universidade Federal de Santa Maria e estou desenvolvendo uma pesquisa com a finalidade de analisar os possíveis desafios enfrentados pelos sujeitos envolvidos no processo de construção do projeto político pedagógico da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Karaí Tataendy Verá Claudio Acosta; aldeia Ka Aguy Poty município de Estrela Velha/RS. Para tanto, solicito a sua colaboração respondendo a uma entrevista, por escrito, de modo a contribuir para a produção acadêmica.

É importante que você participe, para podermos aprofundar os conhecimentos a cerca da importância da construção do Projeto Político-Pedagógico para esta comunidade.

Para a preservação de suas identidades, os dados recolhidos serão usados conforme os padrões éticos, que norteiam a pesquisa acadêmica, regulamentados pelo Comitê de Ética da UFSM.

Muito obrigada pela sua colaboração!

1- Informações:

Nome _____ idade _____ escolaridade _____

2- Questões:

- 1- O que você entende por projeto político-pedagógico?
- 2- Você considera a construção e utilização deste documento importante nas escolas? Por quê?
- 3- Qual método utilizado pelo gestor facilita a participação da comunidade durante o processo de construção do projeto político-pedagógico da escola?
- 4- Como está sendo construir o projeto político-pedagógico da escola indígena? Até agora qual foi o maior foco de discussão acerca do projeto?

- 4.1- Você recebeu orientação, assessoria quanto à construção deste documento? Onde? Quando? De quem? Como?
- 5- Quais dificuldades você considera para elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico?
- 6- O que você acredita ser importante constar no projeto político-pedagógico da escola indígena?
- 7- Para você o que significa gestão democrática?
- 8- Você como gestor costuma realizar o trabalho de construção e reconstrução do projeto pedagógico de forma democrática? Como isso acontece?
- 9- Cite e comente sobre os passos seguidos para a construção do projeto político-pedagógico da escola?
- 10- Comente sobre as participação e contribuição das pessoas que participaram da construção do projeto político-pedagógico da escola.
- 11- Quais foram os desafios enfrentados até agora na construção deste documento?
- 12- Quais são as aprendizagens ao participar da construção do projeto político pedagógico?
- 13- Como foi a participação da comunidade indígena na construção do projeto político-pedagógico da escola?
- 14- Até o momento você acredita que a construção do projeto político-pedagógico da escola está sendo um processo democrático? Por quê? (relatar)

APÊNDICE 4 – ROTEIRO ENTREVISTA: COORDENADORA DESIGNADA PELA 24ª CRE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Pesquisador: Eliane Pires
Orientador: Leonardo Germano Krüger

Prezada Coordenadora:

Sou aluna do Curso de Gestão Educacional, na modalidade à distância, da Universidade Federal de Santa Maria e estou desenvolvendo uma pesquisa com a finalidade de analisar os possíveis desafios enfrentados pelos sujeitos envolvidos no processo de construção do projeto político pedagógico da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Karáí Tataendy Verá Claudio Acosta; aldeia Ka Aguy Poty município de Estrela Velha/RS. Para tanto, solicito a sua colaboração respondendo a uma entrevista, por escrito, de modo a contribuir para a produção acadêmica.

É importante que você participe, para podermos aprofundar os conhecimentos a cerca da importância da construção do Projeto Político Pedagógico para esta comunidade.

Para a preservação de suas identidades, os dados recolhidos serão usados conforme os padrões éticos, que norteiam a pesquisa acadêmica, regulamentados pelo Comitê de Ética da UFSM.

Muito obrigada pela sua colaboração!

1- Informações:

Nome _____ idade _____ escolaridade _____

2- Questões:

1- Como você avalia até agora o processo de construção do Projeto Político Pedagógico na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Karáí Tataendy Verá Claudio Acosta ?

2- Esta construção pode ser considerada um instrumento de Gestão Democrática? Por quê?

3- Para você o que significa gestão democrática?

4- Quais dificuldades e desafios você enfrentou até o presente momento ao participar do processo de construção deste documento? Relatar.

- 5- Em sua opinião, quais são os maiores desafios enfrentados pelos gestores que buscam a gestão democrática?
- 6- Relate sua experiência ao participar da construção do projeto político-pedagógico da escola indígena:
- 7- O que você acredita ser importante constar no projeto político-pedagógico da escola indígena?
- 8- Você como gestor costuma realizar o trabalho de construção e reconstrução do projeto pedagógico de forma democrática? Como isso acontece?
- 9- Cite e comente sobre os passos seguidos para a construção do projeto político-pedagógico da escola?
- 10- Comente sobre a participação e contribuição das pessoas que participaram da construção do projeto político-pedagógico da escola.
- 12- Quais são as aprendizagens ao participar da construção do projeto político-pedagógico da escola indígena?
- 13- Como foi a participação da comunidade indígena na construção do projeto político-pedagógico da escola?
- 14- Até o momento você acredita que a construção do projeto político-pedagógico da escola está sendo um processo democrático? Por quê? (relatar)